



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1350

## NICOLÁS DE ORESME: A SIMBIOSE ENTRE PODER E MOEDA NO OCIDENTE MEDIEVAL DO SÉCULO XIV

Talles Henrique P. Maffei (UEM/PPH/LEAM)

Jaime Estevão dos Reis (UEM/DHI/PPH/LEAM)

**Resumo:** O presente trabalho utiliza-se da obra *Pequeno Tratado da Primeira Invenção das Moedas* como fonte histórica a fim de analisar a problemática histórica envolvida no contexto do século XIV, relacionando o poder político, a crescente monetarização e o crescimento econômico observado desde meados do século X de forma mais ou menos generalizada por todo o Ocidente europeu. Além disso, a obra de Oresme é importante pela sua peculiaridade, especialmente pela sua tentativa de harmonização entre os preceitos cristãos e as tentativas monárquicas de ambição pelo poder, unindo tais elementos antagônicos pela premissa da manutenção da boa moeda enquanto fator determinante na estabilidade do reino bem como uma virtude principesca pela honestidade perante seus súditos, evitando o roubo por meio da alteração das moedas, visto que isto significa a retirada de parcela de seu poder de compra.

**Palavras-chave:** Nicolás de Oresme; Idade Média; Moeda.

CAPES

## Introdução

Ainda que perdurem os resquícios de visões rasteiras onde a Idade Média emerge enquanto um cenário isento de transformações no campo econômico e científico, são claras as evidências de mudanças entre o intervalo cronológico que abrange desde o século X ao século XV, intervalo ao qual o presente estudo dedica-se. Porém, tais alterações no panorama do Ocidente europeu durante o período exigem antes uma breve elucidação conceitual para que sejam vistas de forma contundente.

O privilegiar das mudanças durante o citado período, mais intimamente de suas transformações relacionadas à dinâmica econômica, não é possível o seu respectivo isolamento enquanto problemática histórica, já que as organizações humanas, independentes de sua localização geográfica e temporal, são complexas o suficiente para que suas mais variadas dimensões se inter-relacionem. Tal fato é por vezes despercebido em um mundo onde a ética econômica frequentemente aparece desvincilhada de outras dimensões do cotidiano dos indivíduos, como o mundo moderno apresenta-se. As complexas relações entre a dimensão econômica entre outras são particularmente acentuadas no contexto medieval do Ocidente europeu, onde o universo cultural é fortemente marcado pela religiosidade propagada pela Igreja Católica.

O grande conceito que permeava todo o universo econômico feudal era o equilíbrio. Um elemento a ser objetivado não apenas enquanto um preceito proposto por Aristóteles e que permeia todo o pensamento econômico medieval – como será visto posteriormente – mas antes como um estado de ordem ideal a ser mantido:

Acima de tudo, toda a comunidade estava consciente dos limites que não podiam ser ultrapassados sem destruir o

equilíbrio econômico do qual tanto dependiam os senhores, como os camponeses. Esta consciência coletiva expressava-se nos costumes imemorais da senhoria, sugeria regulamentos e horários detalhados de trabalho e atribuía a cada pessoa os seus direitos, deveres e terra. O senhor tinha de garantir a proteção temporal da espada e a proteção espiritual do altar, a experiência técnica e legal dos seus administradores e as instalações permanentes mais dispendiosas: moinho, poço, celeiros, frequentemente uma oficina de reparação. Os camponeses contribuíam, para além do seu trabalho, com os carros e alfaias agrícolas móveis. No seu castelo e tapada privadas, o senhor fazia o que muito bem queria; nas suas choupanas e hortas, os camponeses faziam o que podiam (LOPEZ, 1976, p. 63).

De tal maneira, as análises do pensamento econômico medieval e as ações situadas no campo econômico devem ser analisadas dentro de suas particularidades e limitações. Nas palavras de Diana Wood:

En el mundo medieval no había econometría ni mercados globales, sino <<economía teológica>>. La economía como disciplina por sí misma no existía, es decir, que en sentido estricto, *El pensamiento económico medieval* es un nombre inexacto. [...] Esto significa que hay que rastrear buena parte del pensamiento económico en obras de teología escritas por escolásticos, muchos de los cuales eran frailes mendicantes. Como es de esperar, las ideas económicas medievales se mezclan con problemas éticos y morales. (WOOD, 2003, p. 15).

Outra peculiar característica no contexto medieval relaciona-se às referências que o pensamento econômico possui como base filosófica, intimamente ligada ao pensamento do mundo antigo: mais precisamente a filosofia grega de Platão e Aristóteles, como também o pensamento jurídico romano, absorvidos e remodelados pelos pensadores medievais. As sagradas escrituras cristãs são naturalmente a maior fonte de referências para o pensamento medieval como um todo, sendo sua mensagem a estrela-guia das ações individuais nesse contexto, sendo portanto fonte de vital relevância. É

desta mistura entre o pensamento antigo e o pensamento teológico de base bíblica que se nutrem os principais nomes do pensamento medieval.

### **A revolução comercial do século X e o poder político no século XIV**

Após um extenso período de retração econômica, onde destaca-se a tese do historiador belga Henri Pirenne de fechamento do mediterrâneo e adaptação institucional do mundo medieval ao novo cenário <sup>1</sup>, dois nítidos grandes eixos de prosperidade passam a ter destaque no continente europeu a partir de meados do século X, período este definido por alguns historiadores – tais como Robert Lopez e Raymond de Roover – como a *revolução comercial* da Idade Média.

Ao sul, no litoral mediterrânico, o império construído por Veneza destacava-se pela atividade comercial, constituída por sua rede de feitorias ao longo do antigo *mare nostrum* romano, sendo seu exemplo seguido por outras cidades italianas como Gênova e Pisa, empreendendo por sua vez expedições comerciais e militares ao longo do Mediterrâneo. Ao Norte, nas regiões setentrionais do continente europeu, destacavam-se alguns centros urbanos onde operavam-se empreitadas comerciais, constituindo um próspero circuito de trocas ao longo do Mar do Norte, Mar Báltico e Mar Adriático. No século XII tal crescimento expressa-se na fundação de várias cidades ao longo da costa do Mar do Norte, entre elas a proeminente Lubeck, por excelência o polo urbano líder no comércio hanseático. Havia grandes limites técnicos que resultavam em dificuldades para o estabelecimento de um fluxo regular de

---

<sup>1</sup> O trabalho de Henri Pirenne ganhou notoriedade em meados do século XX, sendo um marco para a historiografia dedicada ao tema, ainda que contestado em diversos sentidos posteriormente. Sua polêmica tese envolve de forma simplificada a retratação de uma espécie de isolamento do Ocidente europeu perante a expansão do Islã no contexto dos séculos VII, VIII e IX, exigindo assim adaptações frente à nova situação imposta<sup>1</sup>. A Europa encastela-se diante das ameaças externas, exigindo a busca pela autossuficiência econômica e assim um consequente empobrecimento generalizado em troca de segurança. As cidades perdem seu sentido econômico, passando a existir apenas como centros administrativos episcopais (PIRENNE, 1939, p. 36).

trocas no período medieval, somadas às adversidades peculiares da região – climas rigorosos que comprometiam o trânsito em determinados períodos, por exemplo. Uma vasta rede de relacionamento estabelecida entre vários comerciantes atenuava tais fatores, sendo indispensável a reputação ilibada dos homens envolvidos em tais círculos de contato. Configurava-se assim um cenário onde os comerciantes hanseáticos desfrutavam de uma relativa segurança para o estabelecimento de seus negócios, além de uma abundância de informações disponibilizadas por tal rede de relacionamento (EWERT; SUNDER, 2011, p. 8).

O centro do continente também apresentava evoluções, ainda que em menor intensidade. Cedo ou tarde, as redes comerciais estabelecidas nas periferias do Ocidente europeu iriam gerar algum impacto sobre o continente como um todo, alterando-o de forma irreversível:

Era imposible que la Europa continental no sintiera desde un principio la presión de los dos grandes movimientos continentales que se manifestaban en su periferia, uno en el Mediterráneo oriental y en el Adriático, otro en el Báltico y en el mar del Norte. La actividad comercial, que corresponde a la necesidad de aventuras y al afán de lucro inherentes a la naturaleza humana, es de índole contagiosa. Por sí sola, además, es demasiado absorbente para no imponerse a aquellos mismos que explota. En efecto, depende de ellos por las relaciones de intercambio que establece y las necesidades que provoca. Por otra parte, el comercio no se concibe sin la agricultura, puesto que siendo por sí solo estéril, debe procurarse por medio de aquélla el alimento de las personas que ocupa y enriquece. (PIRENNE, 1939, p. 26).

Assim, segundo Pirenne, a associação entre a produção agrícola proveniente dos centros mais importantes do Ocidente católico e as empreitadas comerciais em contato com o Oriente ocorrentes nas periferias do continente europeu seriam em seu conjunto o principal germe dos avanços econômicos generalizados, claramente observados a partir de meados do século X. Nesse sentido, a importante obra contemporânea de Edwin Hunt e James Murray acerca do contexto tece afirmações semelhantes, envolvendo

também os melhoramentos tecnológicos em associação à produção agrícola e o desenvolvimento comercial e urbano:

Moinhos e charruas eram apenas dois dos implementos adquiridos e divulgados por toda a Europa, desde a Inglaterra até aos confins da colonização europeia no Oriente. E mais, as consequências destes e outros inventos despoletaram, por sua vez, outras implicações: pois com o moinho nasceu o construtor de moinhos, e com a charrua apareceu o ferreiro. Em resumo, o trabalho poupado nos campos estava a ser transportado para o desenvolvimento de outras atividades especializadas, as quais eram complementares mas distintas do trabalho do campo e da lavoura (HUNT; MURRAY, 2000, p. 34).

Existe no contexto medieval a íntima relação entre o crescimento da produção agrícola e o crescimento demográfico. Ainda que a caça tenha relevância em uma dieta típica nesse cenário, sua atividade era restrita e regulamentada o suficiente para diminuir seu papel enquanto fonte de recursos alimentícios. O crescimento na oferta de alimentos, reflexo dos melhores índices de produtividade e de produção absoluta na agricultura, acompanham o crescimento demográfico de forma íntima:

No século X, os indícios eram claros e inconfundíveis: a população estava a aumentar. Além disso, registrava-se nela uma tendência para abandonar os locais mais isolados por aldeias e cidades maiores. Inicialmente, isso constitui antes uma resposta à insegurança da vida no campo que uma indicação de que a agricultura estivesse a criar espaço para empreendimentos urbanos não agrícolas. Contudo, o comércio e a indústria acabariam por beneficiar com o processo. (LOPEZ, 1976, p. 37-38-39).

De tal maneira, além do crescimento demográfico, o efeito da urbanização emerge enquanto uma mudança importante durante o período de crescimento econômico no Ocidente europeu no contexto medieval, lastreado pela imigração do campo para as cidades. Logo, é possível observar a relação

estabelecida entre os vários elementos citados – inovação tecnológica, crescimento demográfico, urbanização, produção agrícola elevada e crescimento comercial – em um processo onde se encontravam associados e estimulação recíproca.

A *revolução comercial*, iniciada em meados do século X, encontrara-se perturbada no contexto do século XIV onde uma série de crises atingiu o Ocidente europeu. Em primeiro lugar, uma crise frumentária em 1315-20, marcadamente influenciada por alterações climáticas e, posteriormente, uma crise financeira e monetária entre 1335-45 e uma crise demográfica entre 1348-50, reflexo do advento da Peste Negra (PERROY, 2008, p. 1).

O advento de crises monetárias e financeiras nesse contexto sofreu a influência marcante do aspecto político, em um quadro onde as monarquias ocidentais intentam de variadas maneiras aumentar seus meios de arrecadação, sendo as alterações monetárias uma prática corriqueira para atingir tais objetivos. Tal fato reflete-se nas inúmeras alterações monetárias tomadas a cabo pelo poder real, em França, contabilizam-se 8 alterações em um intervalo menor que 40 anos: 1295,1303,1306,1311,1313,1318 e 1330. (LE GOFF, 2012, p. 122). Tais alterações tornam-se mais frequentes em décadas subsequentes: calculam-se onze alterações de moeda em 1348, nove em 1349, dezoito em 1351 e o mesmo em 1355 (ORESME, 20004, p. 19). Tais alterações não são uma exclusividade da monarquia francesa: Na Inglaterra, desvalorizações vertiginosas de moedas ocorreram em 1304, 1344-46 e 1351.

### **Nicolás de Oresme: a moeda como poder**

A intenção principesca de aumento das arrecadações somente faz sentido em um contexto onde a posse da moeda adquire o sinônimo de acumulação de poder. De tal maneira, a obra o *Pequeno Tratado da Primeira Invenção das Moedas*, escrita pelo clérigo francês Nicolás de Oresme entre 1355 e 1358 é um marco no sentido de refletir todos os elementos já elencados ao seu contexto.

Nicolás de Oresme nasceu em 1320 na França, e foi um dos intelectuais mais notáveis do século XIV. Lecionava no Colégio de Navarra, o qual exerceu notável influência no pensamento europeu medieval – o que justifica as várias referências à instituição em tal contexto. São os intelectuais do Colégio de Navarra os responsáveis pelo lançamento de importantes bases para o desenvolvimento da Ciência Moderna (ARTIGAS, 1989, p. 2).

A notoriedade de Oresme o levou ao cargo de conselheiro do rei francês Carlos V, do qual foi preceptor de infância e convidado a aconselhar nos assuntos reais junto a um grupo seleto de intelectuais. Sob o governo de Carlos V, a França viveu um dos períodos mais críticos em combate com os ingleses na Guerra dos Cem Anos:

Sob Carlos V, conforme já mencionado, as *aides sur le fair de la guerre* tomaram-se impostos permanentes como a própria guerra. Foram um peso sobre um povo que já estava sendo arruinado pela devastação, o fogo, os problemas de comércio e ainda por constantes assaltos de tropas que queriam ser alimentadas e se alimentavam pela força. Cada vez mais opressivos se tomavam os impostos exigidos pelo rei e, cada vez mais, julgava-se que o fato de se tomarem a regra, e não a exceção, o que constituía uma violação das tradições. (ELIAS, 1990, p. 178).

O reinado de Carlos V foi destacadamente marcado pela busca da estabilidade monetária e a luta contra especulações e falsificações. Não é surpreendente o fato deste ter sido extremamente zeloso com a situação financeira do reino: Carlos V e seu pai, o rei João II, encontravam-se em uma encruzilhada, pois necessitavam de meios para fazer frente aos ingleses na Guerra dos Cem Anos e sendo o principal veio de financiamento da administração – os impostos e seu estabelecimento - uma medida extremamente impopular (LE GOFF, 2012, p. 152).

Ainda sim, o reino de França alcançou relativa estabilidade em todos os aspectos no reinado de Carlos V, sendo o pensamento de Oresme peça chave na construção de sua estabilidade monetária (ARTIGAS, 1989, p. 34). Mas a contribuição e influência de Oresme provavelmente foram além dos limites do reino francês. Primeiramente, já desde o reinado de João II (pai de Carlos V) formularam-se algumas reformas monetárias que contribuíram para a



estabilidade da moeda, talvez a mais notável delas sendo o restabelecimento do franco como moeda oficial do reino, considerada a “boa moeda”, assegurando a estabilidade e avanço do comércio em geral (LE GOFF, 2012, p. 126); o que pode ser em parte considerado uma contribuição de Oresme em suas formulações. Além disso, a obra de Oresme é apontada como norteadora das políticas monetárias em outros reinos, tal como em Flandres e Borgonha (WOOD, 2003, p. 154).

## **Conclusão**

O *Pequeno Tratado da primeira invenção das moedas* em muito contribuiu para que o rei pudesse assentar sobre uma moeda estável e impusesse a resolução dos problemas econômicos pelo qual a França atravessava no período (ARTIGAS, 1989, p. 34). De tal maneira, a obra de Oresme afirma-se como um dos mais importantes precursores do pensamento econômico moderno.

Oresme apresenta o reflexo de seu contexto em sua obra ao tentar harmonizar os preceitos cristãos com as intenções de poder dos monarcas, representada na afirmativa de que a manutenção de uma boa moeda garante a estabilidade do reino como também é uma virtude tendo em vista que a alteração monetária representa em última instância um roubo:

[...] alterações de moedas é contra a honra do reino e em prejuízo de toda a posteridade real. É preciso, pois, saber que, num reino, entre o bom principado e o tirânico, é tanta a diferença que o tirano ama e quer mais seu proveito próprio do que fazer valer ou querer a utilidade comum dos seus súditos [...] É essa a forma pela qual se prepara a diminuição do seu território, a perda do poder, sobretudo se ele está localizado em região temperada e distante de governos bárbaros, se nele, então, moram homens de natureza e de costumes livres e não servos [...] Homens que, por longa tradição, não sabem suportar nem se acostumar a serem governados de maneira tirânica. Homens para quem a servidão seria indesejada,

imposta, opressiva e violenta, e, por conseguinte, não durável, pois, como diz Aristóteles, “coisas violentas logo se corrompem” (ORESME, 2004, p. 84-85).

Em outras palavras, Oresme intenta, sobretudo, harmonizar as ações no campo econômico por parte do príncipe em consonância aos ideais e valores apregoados pela Igreja. A manipulação das moedas é sinônimo de roubo e pecado, vista como um ato de desonestidade do príncipe com seus súditos. Assim, interesses políticos, econômicos e religiosos encaixam-se enquanto harmoniosos no quadro de ações postulado por Nicolás de Oresme.

## **Bibliografia**

ARTIGAS. Mariano. Nicolás Oresme gran maestro del Colegio de Navarra, y el origen de la ciencia moderna. *In: Príncipe de Viana*, ano IX. nº 9. 1989. Disponível em: <http://dspace.unav.es/dspace/bitstream/10171/7377/1/Nicol%C3%A1s%20Oresme.pdf>>. Acesso: 15/07/2015.

ELIAS. Nobert. **O processo civilizador, vol. II**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1990.

EWERT, Ulf Christian; SUNDER, Marco. **Trading Networks, Monopoly and Economic Development in Medieval Northern Europe: an Agent-Based Simulation of Early Hanseatic Trade**. European Historical Economics Society Conference. Irlanda. 2011. Disponível em [http://www.wifa.uni-leipzig.de/fileadmin/user\\_upload/iew-vwl/Docs/Sunder/Ewert\\_Sunder\\_EHESC.pdf](http://www.wifa.uni-leipzig.de/fileadmin/user_upload/iew-vwl/Docs/Sunder/Ewert_Sunder_EHESC.pdf)>. Acesso em 15/07/2015.

FORQUIN, Guy. **Historia econômica do Ocidente Medieval**. Lisboa: Edições 70. 1997.

HUNT, Edwin S; MURRAY, James M. **Uma história do comércio na Europa Medieval: 1200-1550**. Lisboa: Publicações Dom Quixote: 2000.

LE GOFF, Jacques. **La Edad Media y el dinero**. Madrid. Akal. 2012.

LÓPEZ, Robert. **A revolução comercial da Idade Média**. Lisboa. Editorial Presença. 1976.

ORESME, Nicolás. **Pequeno Tratado da Primeira Invenção das Moedas**. Curitiba: Segesta. 2004.

PERROY, Edouard. Las crisis del siglo XIV: el origen de una economía contraída. In: **Globalización, Revista de Economía, Sociedad y Cultura**. Março.2004. Disponível em <<http://rcci.net/globalizacion/2004/fg418.htm>>. Acesso: 07/06/15.

PIRENNE, Henri. **Historia económica y social de la Edad Media**. México: Fondo de cultura económica. 1939.

WOOD, Diana. **El pensamiento económico medieval**. Barcelona: Crítica. 2003.